

A. I. N° -08899827/02
AUTUADO -ATACADÃO RECÔNCAVO COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.
AUTUANTE -MOISÉS PEREIRA CORDEIRO
ORIGEM -IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 22. 05. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0177-04/03

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado que o remetente das mercadorias possuía Regime Especial para operar como contribuinte substituto e que ele efetuou a retenção do imposto. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 20/12/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS, no valor de R\$ 6.544,71, em decorrência de falta de pagamento do imposto devido por antecipação tributária, na primeira repartição fiscal do percurso neste Estado, relativo a mercadorias consignadas na Nota Fiscal nº 301253 (fl. 4), procedentes de outras unidades da Federação e enquadradas na Portaria nº 270/93.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 22), argumentando que houve um equívoco do autuante, pois o ICMS substituído foi antecipado pelo remetente das mercadorias. Diz que, no corpo da Nota Fiscal nº 301253, emitida pela Kimberly – Clark Kenko Ind. e Com. Ltda., consta o valor de R\$ 5.034,05, como ICMS substituição tributária, parecer GECOT 810/98. Explica que, no valor total da Nota Fiscal (R\$ 35.347,77), estão inclusos o valor das mercadorias (R\$ 30.174,40), o ICMS substituto (R\$ 5.034,05) e o IPI (R\$ 139,32). Solicita a nulidade do Auto de Infração.

Na informação fiscal, o autuante afirma que não observou o destaque do imposto no canto superior esquerdo da nota fiscal em questão. Diz que a empresa remetente possui regime especial para operar como contribuinte substituto (Pareceres DARC – GEIEF/810 de 1998 e 349 de 2001). À fl. 36, anexou um extrato do INC - Informações do Contribuinte. Ao final, opina pela improcedência do Auto de Infração.

O autuado foi informado do novo documento anexado ao processo e teve o prazo de lei para se pronunciar, porém não se manifestou.

VOTO

O presente Auto de Infração foi decorrente da falta de pagamento do imposto devido por antecipação tributária, na primeira repartição fiscal do percurso neste Estado, relativo a mercadorias procedentes de outra unidade da Federação e arroladas na Portaria nº 270/93.

Da análise das peças e comprovações que integram o processo, constato que o imposto exigido na autuação já havia sido retido pelo remetente das mercadorias, o qual possuía Regime Especial para operar como contribuinte substituto (fl. 36). Dessa forma, a infração não subsiste.

Ressalto que no valor da base de cálculo apurado pelo autuante foi indevidamente incluída a parcela referente ao ICMS devido por antecipação (R\$5.034,05), razão pela qual o imposto cobrado na autuação é superior ao retido pelo remetente.

Por fim, ressalto que o próprio autuante, na sua informação fiscal, reconheceu a improcedência da autuação.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **08899827/02**, lavrado contra **ATACADÃO RECÔNCAVO COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de maio de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR